

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



APRESENTAÇÃO

O fiscal de obra pública por vezes é o primeiro anteparo – ou o principal filtro – de eventuais falhas a ocorrerem nas fases anteriores do processo: nos estudos de viabilidade, na licitação, no orçamento ou mesmo na construção do edital.

Não bastasse essa realidade, com reais riscos quanto a responsabilização para os agentes públicos, a complexidade desses contratos e a dinâmica do dia-a-dia na obra exige uma capacitação técnica multidisciplinar: engenharia, direito, administração, finanças... Os riscos são dos mais variados: chuvas, extrapolações aos limites contratuais de 25%, qualidade ruim, diferenças entre empreitadas globais e empreitadas por preço unitário, orçamento de itens novos, jogo de planilha, prazo da obra, contratação de supervisoras, contingenciamento de recursos, aplicação de penalidades, acordos de nível de serviço, fiscalização dos encargos trabalhistas, aplicação das garantias, e toda uma gama de ameaças.

Nesse cenário, o professor Rafael Jardim Cavalcante propõe as participantes a apresentação cuidadosa de cada um desses riscos que rodeia o universo dos fiscais de obras públicas e serviços de engenharia. Pretende-se associar a teoria afeta a esses temas como a longa jurisprudência do TCU sobre o assunto.

Propõe-se, ademais, construir com os participantes como a inteligência artificial pode auxiliar a fiscalização, nos desafios diuturnos de fiscalizar as obras: aplicação prática de normas aplicáveis, rotinas de fiscalização, avaliações de recebimento provisório e definitivo, check-list, etc.

Mais que uma apresentação milimétrica de cada risco potencial nas obras, trata-se de uma oportunidade para os gestores de obras públicas adquirirem um ferramental essencial para o alcance de resultados e potenciais problemas com os órgãos de controle.

Aos fiscais, gestores e demais agentes públicos que administram recursos públicos, um compêndio historiado das trilhas legais para a boa e regular fiscalização de recursos públicos em obras públicas; associados ao que mais moderno existe atualmente sobre governança e gestão. Aos operadores do direito, uma extensa lista de construções factuais indispensáveis à correta subsunção jurídica de casos concretos nessa área.

OBJETIVOS

- Situar os participantes quanto aos principais entendimentos do TCU em relação a temas polêmicos envolvendo gestão, fiscalização e controle de obras públicas.
- Apresentar e desenvolver, na prática, técnicas de gestão de riscos aplicada a obras públicas e serviços de engenharia.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



OBJETIVOS

- Desenvolver uma visão crítica de um padrão de raciocínio legal para a solução dos problemas que rodeiam a gestão, fiscalização e controle de obras públicas, capaz de suportar a solução de situações gerais do dia-a-dia administrativo.
- Apresentar o tema obras públicas em um contexto coerente e multidisciplinar, envolvendo o direito administrativo, a engenharia e a arquitetura, e a administração.
- Sanear as principais dúvidas dos participantes em temas afetos a gestão, a fiscalização e o controle de obras públicas.

PÚBLICO-ALVO

Fiscais e gestores de contrato, ordenadores de despesa, auditores, consultores jurídicos, orçamentistas, engenheiros, arquitetos, advogados e estudantes.

PROFESSOR



Rafael Jardim Cavalcante

Auditor Federal de Controle Externo, é dirigente do TCU por mais de dez anos. Ex-Secretário de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e Ex-Secretário de Combate a Corrupção daquela do TCU. Coautor dos livros “Obras Públicas: comentários à jurisprudência do TCU” – 4ª Edição, “O RDC e a Contratação Integrada na prática”, “Lei Anticorrupção e Temas de Compliance” e “O Controle da Administração Pública na Era Digital”. No TCU desde 2005, foi também titular da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura. Foi ainda Diretor da área técnica responsável pela fiscalização de rodovias. Ocupou os cargos de Secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e, também, de Fiscalização de Obras de Energia. Coordenou as fiscalizações do TCU atinentes à Copa do Mundo de 2014. Na área de combate à corrupção e integridade, palestrou em eventos internacionais da ONU,

OCDE, além de treinamentos para auditores das Controladorias Gerais de diversos países na América Latina. Palestrante e conferencista em temas afetos à engenharia de custos para o setor público, ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), Compliance, Integridade e a licitações e contratos de obras e serviços de engenharia. Formado em engenharia civil pela Universidade de Brasília, trabalhou por mais de dez anos na coordenação de projetos e execução de obras na iniciativa privada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO / CONTEXTUALIZAÇÃO

- Hermenêutica jurídica na fiscalização e gestão de contratos
- Princípios fundamentais aplicáveis a contratações públicas
- O papel da jurisprudência na orientação do fiscal
- Poder vinculado e poder discricionário: como motivar decisões

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Teoria da responsabilização: até onde vai a responsabilidade do fiscal
- Regra da diligência: critérios para atestar uma fiscalização de obras diligente

ESCOLHA DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

- Fiscal x gestor do contrato
- Competências da equipe de fiscalização
- Necessidade de ART
- Contratação de terceiros
- Contratos de supervisão: possibilidade ou obrigatoriedade
 - Contratação de empresas de supervisão
- Limites de aditamento para contratos de supervisão
 - Redução da equipe de supervisão de acordo com o andamento da obra
- Papel do fiscal: controle do escopo, qualidade, custo e prazo

PROCEDIMENTOS E CUIDADOS NO CUMPRIMENTO DO CONTRATO E NAS MEDIÇÕES

- Definição de liquidação de despesas
- Avaliação do fiel cumprimento do contrato
- Manutenção das condições de habilitação
- Documentos mínimos para a medição
- Avaliações de qualidade
- Avaliações de quantidade
- Diferenças de medição em empreitadas por PREÇO GLOBAL e por PREÇO UNITÁRIO
 - Necessidade de aditivos em caso de variação quantitativa
- Química contratual
- Contratos verbais com a administração
- Medição dos serviços de mobilização
- Medição dos serviços de instalação do canteiro de obras
- Medição dos serviços de administração local
- Medição dos serviços de terraplenagem
 - Principais erros e desvios verificados pelo TCU em serviços de terraplenagem
- Como lidar com a modificação das distâncias médias de transporte
- Como lidar com a modificação da tecnologia construtiva por parte do empreiteiro

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



■ CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Como lidar com a modificação no consumo dos materiais
- Como lidar com a modificação na produtividade dos serviços
- Aplicação de penalidades
- Aplicação da Lei Anticorrupção
- Jurisprudência do TCU

PRAZO DA OBRA E ATRASOS NO CRONOGRAMA

- Motivação do prazo da obra
- Metodologia PERT/CPM
- Responsabilidade da administração pelo atraso: o que fazer
- Responsabilidade da empreiteira pelo atraso: o que fazer
- Atrasos em caso de força maior ou caso fortuito: o que fazer
- Impacto das chuvas nos atrasos: o que fazer

DIÁRIO DE OBRAS

- Elementos mínimos de um diário de obras
- Como construir um diário de obras

FISCALIZAÇÃO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

- Novo entendimento do STF
- Passo a passo no cumprimento da IN MPOG nº 06/2018
- Definição amostral da fiscalização passo a passo
- Entendimentos do TCU sobre o impacto dos encargos trabalhistas no orçamento da obra

ADITIVOS CONTRATUAIS, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

- Teoria das áleas
- Teoria da imprevisão
- Alterações quantitativas x alterações qualitativas
- Forma de cálculo dos 25% contratuais
- Extrapolação dos 25% contratuais

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



■ CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Jogo de planilhas
- Aditivos de prazo
- Alterações tributárias (especialmente o ISS, o IRPJ e a CSLL)
- Impacto das chuvas nos aditivos
- Reajuste e repactuação na Nova Lei de Licitações: procedimentos práticos

ITENS NOVOS NO ORÇAMENTO DA OBRA

- Parametrização e negociação de preços com a contratada
- Critérios de aceitabilidade de preços novos e fundamentos de engenharia de custos
 - Custos diretos, custos indiretos e BDI
 - Sinapi/Sicro
 - Cuidados na parametrização de custos dos materiais
 - Cuidados na parametrização de custos da mão de obra
 - Cuidados na parametrização de custos dos equipamentos
 - Cuidados na parametrização de custos do BDI

ENTREGA DA OBRA

- Recebimento provisório
- Recebimento definitivo
- Formação de equipes de recebimento
- Exceções à necessidade do recebimento provisório
- Procedimentos em caso da recusa no recebimento
- Garantia por vícios que comprometam a segurança e a estabilidade da obra
- Definição de responsabilidade objetiva
- Causas de excludente de responsabilização objetiva
- Vícios que comprometam a habitabilidade da construção e a questão da garantia

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



PROGRAMAÇÃO GERAL



22, 23 e 24 de julho
de 2025



22/05 das 8:30 às 17:30
23 e 24/05 das 8:30 às 12:30
(horário de Brasília)



16 horas de
capacitação



Possibilidade de rever
as aulas gravadas

NÃO PERCA MAIS TEMPO! PARTICIPE JÁ!

*Entre em contato conosco e conheça nossos
planos diferenciados para maior número de acessos*

R\$3.190⁰⁰
por pessoa

PAGAMENTO

O respectivo pagamento será realizado em nome de **INOVE TREINAMENTOS E CAPACITACAO LTDA** com o CNPJ nº 50.088.618/0001-23.



Itaú
Agência: 5650
C/C: 99008-7

* **Condições:** O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 05 dias úteis antes da data de realização do curso online, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Inove Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente. A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.

Cada link/senha de acesso à sala de aula virtual é exclusivo do aluno participante - não poderá ser compartilhado com terceiros. Também fica proibida a captação de som e imagens da aula e seu compartilhamento por quaisquer meios ou mídias.

* **Requisitos para uma boa experiência com o curso:** - Computador: Processador i3 - 3Ghz - Memória: 4GB RAM - Browser: Chrome ou Internet Explorer - Banda larga: 3 Mega - conexão via cabo (preferencialmente) ou wi-fi.

A Inove Soluções em Capacitação não se responsabiliza por falhas e problemas de conexão dos equipamentos utilizados pelo usuário.